

5ª edição

ROTEIRO -DE- CONHECIMENTO

CUMPRINDO DIREITO
O DEVER DE CUIDAR
E TRANSFORMAR



EASJUR

DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL



DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL



ROTEIROS. —DE— CONHECIMENTO

5ª edição

A educação em direitos alimenta a cidadania, constrói a liberdade e fundamenta o acesso primário à ordem jurídica justa.

A 5ª edição do Roteiros de Conhecimento da DPDF tem como conceito o acesso à instituição; a busca ativa e a mobilidade; a prevenção; a educação; e a sustentabilidade.

Brasília
2026

EXPEDIENTE.

Defensor Público-Geral
Celestino Chupe

Subdefensores Públicos-Gerais
Bárbara Nunes Nascimento
Fabício Rodrigues de Sousa

Diretor da Escola de Assistência Jurídica
Evenin Eustáquio de Ávila

Diagramação e Design
Lucas dos Santos Mendes
Assessor Técnico de Design Gráfico

Revisão de texto
Caroline Bchara Nogueira
*Analista de Apoio à Assistência Judiciária – Especialidade:
Comunicação Social – Jornalismo*

Publicação
Janeiro de 2026

APRESENTAÇÃO.

Os conteúdos produzidos pela Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do Distrito Federal (Easjur/DPDF) podem ser acessados pelo público de forma gratuita. São dezenas de cartilhas, elaboradas em colaboração com Defensores Públicos, servidores e instituições parceiras da DPDF, que abordam diversos temas, como: formas de acesso à Defensoria Pública, educação para a vida adulta, mediação e cultura de paz, Direito de Família, mulher, pessoa com deficiência, pessoa idosa, relações de consumo, Direito Penal, entre outros.

Promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico está entre as funções institucionais da Defensoria Pública. A Easjur/DPDF executa esse papel ao oferecer atividades que desenvolvem pessoas, conectam afinidades interinstitucionais e fomentam a transformação social.

Para ter acesso aos materiais, basta acessar o site: escola.defensoria.df.gov.br. E não deixe de compartilhar os conteúdos com seus amigos e familiares. Assim, cada vez mais pessoas poderão aprender sobre seus direitos e deveres, além de buscar a sustentabilidade das relações humanas.

ÍNDICE.

1. Carta de Serviços.....	08
2. Central de Relacionamento com os Cidadãos.....	10
3. Núcleo do Plantão.....	12
4. Cartilha da Saúde.....	14
5. Unidades Móveis de Atendimento Itinerante.....	16
6. Projeto Conhecer Direito.....	18
7. Você não sabe? A Defensoria te ensina.....	20
8. Trilhas de Atendimento.....	22
9. Easjur EaD.....	24
10. Banco de Talentos.....	26
11. Fala Aí, DPDF - Podcast.....	28
12. Revista da DPDF.....	30
13. Educação para a vida e acesso à cidadania: Os direitos e deveres da vida humana em sete tempos.....	32
14. Subsecretaria de Mediação e Cultura de Paz da Defensoria Pública do DF	34
15. Manual prático da Subsecretaria de Mediação e Cultura de Paz.....	36
16. Dez coisas que você precisa saber antes de participar de uma sessão de conciliação e mediação.....	38
17. Vamos falar de Família? Curiosidades do Direito de Família na visão da Defensoria Pública.....	40
18. Casos de Família.....	42
19. Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres.....	44
20. Será que estou grávida? E agora?.....	46
21. Entrega voluntária para adoção – Orientações para gestantes.....	48
22. Entrega voluntária para adoção – Orientações para profissionais.....	50

23. Paternidade Responsável.....	52
24. Os Direitos da Criança e do Adolescente.....	54
25. Eu Me Protejo.....	56
26. Apoio à Defesa da Mulher.....	58
27. Enfrentamento à cultura do estupro.....	60
28. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: Mitos e verdades.....	62
29. Você não está sozinha: Enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher.....	64
30. Saúde mental: A liberdade é o melhor cuidado!.....	66
31. Retificação de nome e gênero de pessoas trans.....	68
32. Sou trans e retifiquei meu nome e gênero, e agora?.....	70
33. Pessoa com Deficiência.....	72
34. Autismo, Direito e Defensoria Pública.....	74
35. Cartilha da Pessoa Idosa.....	76
36. Central Judicial do Idoso.....	78
37. Morar é um direito.....	80
38. Meu Condomínio Legal.....	82
39. Como evitar e se livrar do superendividamento.....	84
40. Golpes nas Relações de Consumo.....	86
41. Golpes, bancos e planos de saúde.....	88
42. Dicionário antirracista: Termos para eliminar do seu vocabulário.....	90
43. Direito de liberdade de ir e vir.....	92
44. Dignidade não se prende: direitos da população LGBTQIAPN+ no cárcere.....	94
45. Caminhos para a liberdade – Execução Penal.....	96
46. Prevenção e enfrentamento ao tráfico de pessoas.....	98
47. Desaparecimento de pessoas.....	100

1.

CARTA DE SERVIÇOS

DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL

A Carta de Serviços da DPDF apresenta os serviços prestados pela instituição.

O QUE É A DEFENSORIA PÚBLICA?

A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, cuja atribuição – como expressão e instrumento do regime democrático – é elevar orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, às pessoas em situação de vulnerabilidade econômica, social ou jurídica.

São consideradas em situação de vulnerabilidade as pessoas que, em razão de idade, gênero, estado físico ou mental, ou por circunstâncias sociais, econômicas, étnicas ou culturais, encontram especiais dificuldades em exercer com plenitude, perante o sistema de justiça, os direitos reconhecidos pelo ordenamento jurídico.



Com a missão de garantir os princípios constitucionais de acesso à justiça e à igualdade entre os partes, bem como de zelar pelo efetivo dos direitos fundamentais a todos, a Defensoria Pública desponta como uma das mais relevantes instituições públicas, fundamentalmente comprometida com a democracia, a efetividade da Constituição Federal e a construção de uma sociedade mais justa, íntegra e solidária.

QUAIS AS FORMAS DE COMUNICAÇÃO COM O USUÁRIO?

A comunicação entre a Defensoria Pública e os assistidos pode ser feita pelos seguintes canais:

- Presencial;
- Por telefone;
- Por e-mail e/ou aplicativos de mensagens (WhatsApp, por exemplo), quando autorizado pelo usuário;
- Por correspondência.

Ao preencher os formulários de autorização da atuação da Defensoria Pública, o usuário escolherá a melhor forma de contato com a instituição.





CARTA DE SERVIÇOS

Nela, você encontra informações claras e acessíveis que facilitam o acesso da população às ações e aos programas desenvolvidos.

O intuito é que, após a leitura, os cidadãos compreendam o funcionamento da Defensoria Pública do DF. O material facilita o dia a dia da população, na medida em que explica os serviços prestados pela DPDF. Nele, você pode conferir os endereços e as competências de todos os Núcleos de Assistência Jurídica (NAJs) da instituição.

QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



2.

Cartilha da

Central de Relacionamento com os Cidadãos



Não existe barreira entre você e a Defensoria, nossa missão é estar com você.

Não perca o seu tempo!
Ligue gratuitamente para
o Disque Defensoria 129
e saiba tudo sobre os
atendimentos da instituição.



A cartilha detalha as especificidades do funcionamento da Central de Relacionamento com os Cidadãos (CRC) da DPDF, um canal de comunicação rápido e gratuito para a população do Distrito Federal. Nela, você conhecerá mais sobre a atuação do núcleo e as formas de contato com a instituição. Confira:



CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM OS CIDADÃOS

1. O que é a CRC?
2. A CRC terá utilidade com a retomada do trabalho presencial?
3. Quais os serviços realizados pela CRC?
4. O que a CRC não faz?
5. Quantidade de atendimentos realizados pela CRC
6. Como entrar em contato com a CRC?
- Atendimento exclusivo às vítimas de violência doméstica



QR CODE

**Aponte a câmera para o QR Code
e tenha acesso à cartilha:**



3.



A Defensoria não para! A cartilha detalha a atuação do Núcleo de Assistência Jurídica do Plantão da DPDF, que está pronto para atender a população fora do horário de expediente das outras unidades da instituição. Ou seja, a Defensoria Pública do DF recebe, nesses horários, casos considerados extremamente urgentes e que não podem esperar pela abertura dos fóruns. No material, você conhecerá mais sobre o funcionamento do núcleo, os casos em que ele atua e não atua, os principais documentos para atendimento e as formas de contato. Confira:



NÚCLEO DO PLANTÃO

1. Como funciona o Núcleo do Plantão?
2. Quais são as atribuições do Núcleo do Plantão?
3. Em que casos o Núcleo do Plantão não atua?
4. A importância da informação correta antes de procurar o Núcleo do Plantão
5. Quais documentos cruciais você deve ter para garantir seu atendimento?
6. Como entrar em contato com o Núcleo do Plantão?



QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



4.



No material, você encontra orientações sobre o direito à saúde e informações que o cidadão deve ter para utilizar o Sistema Único de Saúde (SUS), além de formas de acesso ao sistema público de saúde. A cartilha também destaca a atuação da Defensoria Pública do Distrito Federal em benefício dos que buscam a garantia desse direito.

Confira:

O SUS é o nosso Sistema Único de Saúde. A Constituição Brasileira de 1988 estabeleceu que o "saúde é direito de todos e dever do Estado" e criou o Sistema Único de Saúde (SUS), um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo.



Antes do SUS, o sistema público de saúde prestava assistência apenas aos trabalhadores com carteira assinada vinculados à Previdência Social (INAMPS). Era, aproximadamente, 30 milhões de pessoas com acesso aos serviços hospitalares. Quem não tinha carteira assinada teria que pagar por serviços particulares de saúde ou então dependeria de entidades filantrópicas, como as Santas Casas, e outros serviços de caridade.

Foi a Constituição de 1988 que mudou esse cenário e definiu o acesso à saúde pública como um direito fundamental de todo cidadão ou cidadã brasileira.

O SUS garante acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. A atenção integral à saúde passou a ser um direito de todos os brasileiros e brasileiras, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, promoção da saúde, prevenção de ocorrência de doenças e recuperação dos doentes.





CARTILHA DA SAÚDE

1. O que é a Defensoria Pública?
2. A Defensoria Pública pode ajudar a população a ter acesso aos serviços do SUS?
3. Você conhece o Núcleo de Assistência Jurídica de Defesa da Saúde?
4. O que significa o direito à saúde?
5. A Constituição brasileira garante o direito à saúde?
6. Quais são os principais direitos e deveres dos usuários da saúde pública (SUS)?
7. Afinal, o que é o SUS?
8. Qual a estrutura do SUS?
9. Você conhece os locais e serviços das unidades de saúde do Distrito Federal?
10. Você conhece o Conecte SUS?
11. Você conhece o Disque Saúde 136?
12. Você sabe como registrar reclamações, elogios e solicitações sobre os serviços da Secretaria de Saúde do DF?



QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



UNIDADES MÓVEIS DE ATENDIMENTO ITINERANTE

5.

A Defensoria Pública do DF conta, atualmente, com três Unidades Móveis de Atendimento Itinerante, que levam os serviços da instituição a diversas regiões administrativas do Distrito Federal. Conheça cada um dos equipamentos:



CARRETA 01

Inaugurada em 2021, a primeira carreta da DPDF nasceu para descentralizar os atendimentos da instituição, levando todos os serviços básicos da Defensoria Pública às diversas regiões do DF. Além disso, oferece atendimentos específicos de acordo com o estudo prévio das demandas de cada local. As assistências são voltadas, prioritariamente, para demandas do Direito de Família atreladas às crianças e aos adolescentes do Distrito Federal.

CARRETA 02



A segunda Unidade Móvel de Atendimento Itinerante da Defensoria Pública do DF foi inaugurada em março de 2024. O modelo, desenvolvido em parceria com a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), é destinado, prioritariamente, aos atendimentos relacionados ao sistema carcerário do DF. Essa é a primeira carreta da América Latina voltada à prestação de serviços jurídicos dessa natureza.



CARRETA 03

A mais nova Unidade Móvel de Atendimento Itinerante da DPDF é destinada ao atendimento exclusivo das escolas públicas do Distrito Federal. O objetivo é oferecer serviços jurídicos diretamente aos estudantes e suas famílias, fortalecendo o vínculo entre a comunidade escolar e a instituição. Além disso, a carreta facilita o acesso à Justiça e auxilia na garantia de direitos das famílias em situação de vulnerabilidade, bem como na difusão do ordenamento jurídico para a formação da cidadania e da cultura de paz.

6.



Projeto CONHECER DIREITO

O **projeto Conhecer Direito** tem como objetivo apresentar a Defensoria Pública, seus principais serviços, produtos e formas de acesso. Disponível a toda a população interessada, a iniciativa é a concretização da universalização da educação em direitos e concede bolsas de estudos integrais, oriundas do **Programa de Interação Acadêmica da DPDF**, como exemplos concretos de políticas afirmativas. O curso é oferecido a distância, por meio da **plataforma digital da Escola de Assistência Jurídica da DPDF (Easjur/DPDF)**, proporcionando aos participantes um ambiente de aprendizado acessível e dinâmico.

ROTEIROS
-DE-
CONHECIMENTO



easjur
ead

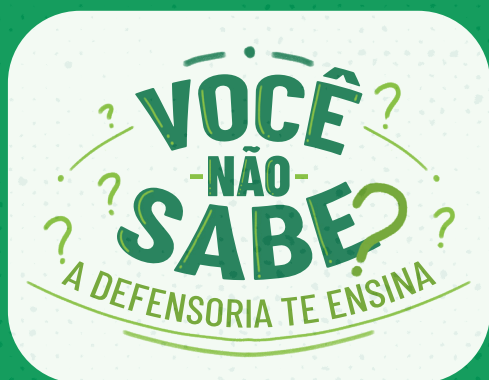
EASJUR
cumprindo direito o dever de educar

DPU
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

Escola
Nacional

Tem a finalidade também de ressignificar o acesso à Justiça, superando o cenário de hiperjudicialização das relações humanas. Por meio da formação de cidadãos conscientes a partir do conhecimento de valores, princípios e regras essenciais, visa fortalecer a cultura de paz e sustentabilidade nas relações sociais.

O projeto oferece instrumentos para que a população atinja a emancipação jurídica e social, além de receber informações valiosas sobre seus direitos e deveres para a vida em sociedade. Os materiais são inéditos e estruturados para apresentar o conteúdo de maneira didática e objetiva, a exemplo das cartilhas desenvolvidas pela DPDF e seus parceiros e da série “Você não sabe? A Defensoria te ensina”.



Aponte a câmera
para o QR Code
e participe agora:



VOCE -NÃO- SABE?

A DEFENSORIA TE ENSINA

A série, desenvolvida pela Escola de Assistência Jurídica da DPDF (Easjur/ DPDF), tem o objetivo de reverter comportamentos que geram a hiperjudicialização das relações humanas, por meio de uma linguagem simples, didática e acessível.

Produzida com base na vivência da instituição em todas as áreas de atuação, tem como intuito alertar a população sobre os riscos da adoção de informações e comportamentos equivocados, além do efeito que isso gera no trato diário do Sistema de Justiça.



São 50 respostas curtas sobre situações vivenciadas pela Defensoria Pública, em uma abordagem dinâmica e definitiva para a educação em direitos. A série possui uma versão para o público externo, com a explicação das dúvidas mais comuns da população, e uma voltada ao público interno, com a jurisprudência aplicada a cada uma das situações apresentadas.



QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso aos materiais disponíveis:



TRILHAS DE ATENDIMENTO

O Trilhas de Atendimento visa auxiliar os integrantes da Defensoria Pública do DF em temas relacionados às áreas de atuação da instituição. Cada material apresenta uma abordagem direta e prática sobre os principais aspectos de campos como defensorias cíveis, recursos em processo civil, sucessões, violência doméstica, execução penal, direito de família, entre outros.



Além de apresentar ao público interno da DPDF conhecimentos sobre os temas abordados, a série busca uniformizar o atendimento prestado no âmbito da instituição.



QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso aos materiais disponíveis:



9.

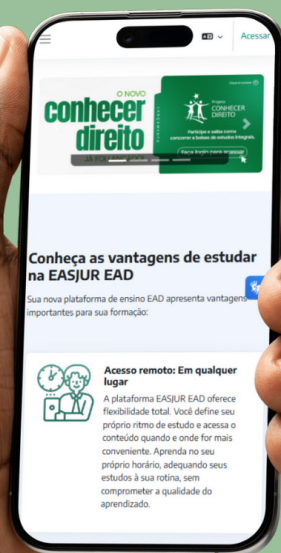
easjur ead



A plataforma de Ensino a Distância da Escola de Assistência Jurídica da DPDF (Easjur EaD) **foi lançada em outubro de 2023**, com o intuito de universalizar a educação em direitos, possibilitando o acesso dos públicos interno e externo aos cursos e materiais desenvolvidos pela instituição. **As aulas são ministradas por profissionais especializados**, que oferecem um conhecimento baseado na massa de dados e na vivência da DPDF em diferentes áreas humanas.



Disponibilizada de forma gratuita, a ferramenta reflete o avanço institucional em direção à modernização, superando desafios relacionados à capacitação, à uniformização de informações e à ampliação do acesso ao ensino, anteriormente restrito às modalidades presenciais. Por meio da plataforma, você pode ter acesso às formações da DPDF a qualquer hora e de qualquer lugar.



QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e acesse:



10.

Banco de TALENTOS

O Banco de Talentos da DPDF tem o objetivo de reunir e organizar, em ambiente único, os currículos de estudantes interessados em concorrer às vagas de estágio oferecidas pela instituição. A ferramenta visa conferir mais agilidade, precisão e autonomia ao processo de recrutamento interno ao substituir procedimentos dispersos por um único mecanismo seguro, funcional e alinhado às necessidades práticas da DPDF.

A plataforma digital passa a integrar o Programa de Interação Acadêmica da

Escola de Assistência Jurídica da Defensoria Pública do (Easjur/DPDF), contribuindo para a democratização do acesso às oportunidades de estágio e a consolidação de uma política de incentivo à formação prática supervisionada e profissional. Ela é uma ferramenta estratégica voltada ao auxílio de chefes de setores e coordenadores na identificação de perfis qualificados para suprir as vagas disponíveis na instituição.

A DPDF dispõe de vagas de estágio para nível médio, graduação e pós-graduação. Na graduação, a maior parte das vagas é voltada a estudantes de Direito. As demais vagas estão distribuídas entre áreas como Tecnologia da Informação, Jornalismo, Psicologia, Marketing, Publicidade e Propaganda, além de setores administrativos como Gestão de Pessoas, Contabilidade e Administração. Já no nível de pós-graduação, todas as vagas são destinadas exclusivamente a estudantes da área de Direito.



QR CODE

**Aponte a câmera para
o QR Code e acesse:**





O canal da Defensoria Pública do DF no Spotify traz episódios semanais do podcast da instituição, o “Fala Aí, DPDF”. O programa promove entrevistas com servidores, Defensores e convidados, discutindo temas jurídicos, cidadania e políticas públicas, entre outros assuntos.



O objetivo é esclarecer questões legais e aproximar a DPDF da comunidade, promovendo a compreensão sobre os direitos da população.



QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e escute agora:

A Revista da Defensoria Pública do Distrito Federal (RDPDF) é um periódico científico institucional voltado à difusão do conhecimento jurídico e multidisciplinar relacionado à atuação da Defensoria Pública, à promoção de direitos fundamentais e ao Sistema de Justiça. Criada com o objetivo de fomentar o debate acadêmico e prático, a RDPDF publica artigos científicos, estudos de caso, resenhas, pareceres jurídicos e produções literárias, abrangendo contribuições de autores nacionais e estrangeiros. Seu público-alvo inclui Defensores Públicos, magistrados,

membros do Ministério Público, advogados, professores, estudantes e pesquisadores das ciências humanas e sociais aplicadas.



A revista possui periodicidade quadrimestral, com três números por ano, publicadas nos meses de abril, agosto e dezembro, sendo produzida ininterruptamente desde 2019. Está indexada em diversos diretórios e bases nacionais e internacionais, como Latindex, DOAJ, Diadorim, Redib, Google Scholar, entre outros. A RDPDF possui a classificação B1 no Qualis CAPES (quadriênio 2017-2020), o que atesta sua relevância científica no âmbito da avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil. Desde sua criação, tem se consolidado como

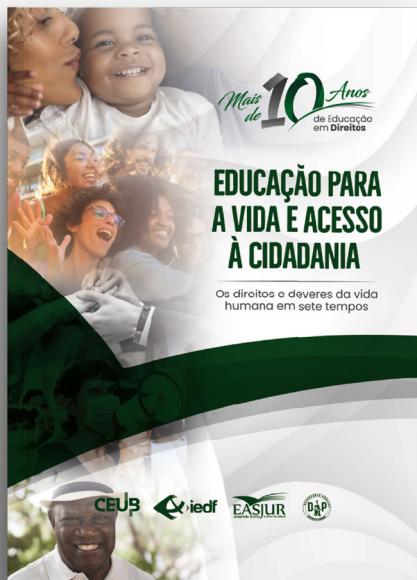
espaço de excelência na disseminação de conhecimento jurídico crítico, inovador e comprometido com a justiça social.



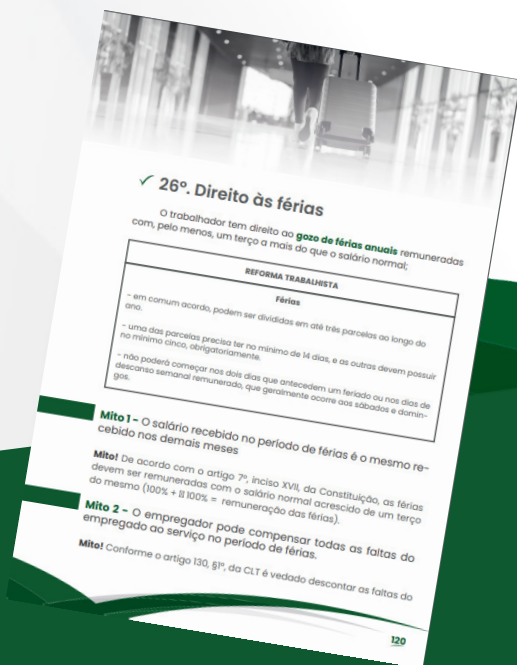
QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e acesse:



Ao completar 18 anos, devemos ter plena consciência dos nossos atos. A educação para a vida adulta envolve o conhecimento básico de nossas relações jurídicas. O material aborda uma jornada de conhecimento sobre todos os direitos e deveres que acompanham as pessoas, desde o nascimento até após a morte. Se você deseja saber mais sobre as relações jurídicas que regulam a nossa existência, a cartilha traz os direitos e deveres da vida humana, distribuídos em sete tempos. Confira:



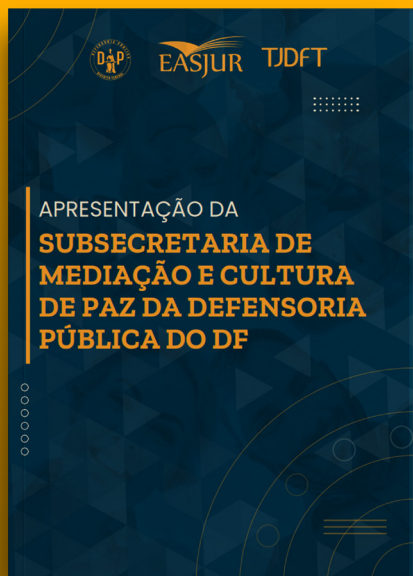
EDUCAÇÃO PARA A VIDA E ACESSO À CIDADANIA: OS DIREITOS E DEVERES DA VIDA HUMANA EM SETE TEMPOS

1. Dignidade da pessoa humana
2. Infância
3. Adolescência
4. Juventude
5. Adulto
6. Pessoa idosa
7. Judiciário e funções essenciais à Justiça

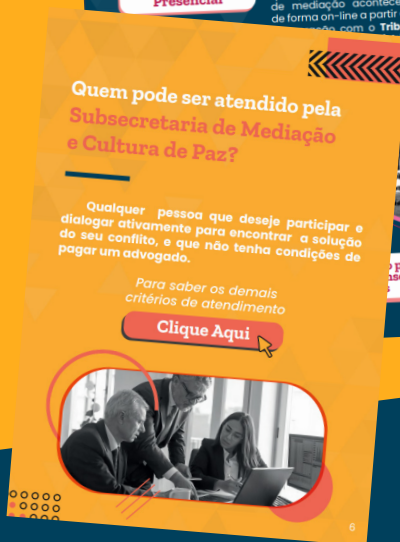
QR CODE

**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**





Com o propósito de atender a família em suas relações básicas, a Subsecretaria de Mediação e Cultura de Paz da Defensoria Pública do DF (Semed/DPDF) busca a participação direta e ativa das partes na resolução de conflitos. Se você deseja saber mais sobre a Semed/DPDF, seu funcionamento e as demandas atendidas, acesse a cartilha:



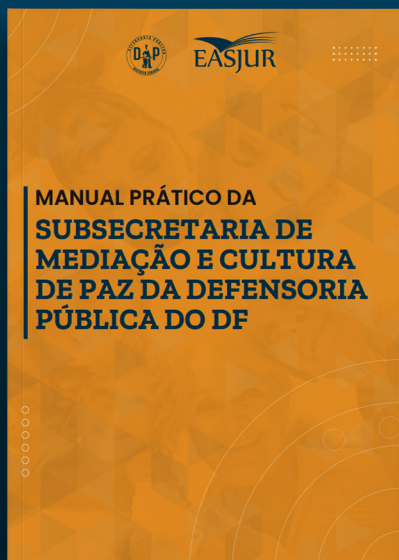
APRESENTAÇÃO DA SUBSECRETARIA DE MEDIAÇÃO E CULTURA DE PAZ DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DF

1. Sobre a Subsecretaria de Mediação e Cultura de Paz
2. O que é a Cultura de Paz e Mediação proposta pela Defensoria e sua escola?
3. Quem pode ser atendido pela Semed
4. As demandas que podem ser atendidas pela Semed
5. Como funciona o atendimento feito pela Defensoria Pública e o Tribunal de Justiça do DF?
6. Prioridade da criança, registro de paternidade e leitura de DNA

QR CODE

**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**





O manual apresenta os procedimentos adotados pela Subsecretaria de Mediação e Cultura de Paz da DPDF nas sessões de mediação e pré-mediação (virtual). Nele, você encontra informações sobre a Semed/DPDF e os casos atendidos pela unidade, além de materiais complementares para consulta.

Confira:



MANUAL PRÁTICO DA

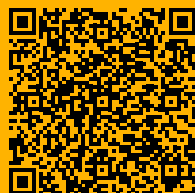
SUBSECRETARIA DE MEDIAÇÃO E CULTURA DE PAZ DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DF

1. Sobre a Subsecretaria
2. Casos que podem ser atendidos pela Semed
3. Casos que podem ser atendidos na pré mediação (sessão virtual)
4. Casos que não podem ser atendidos pela Semed
5. Como funciona o atendimento pela Semed
6. Materiais complementares

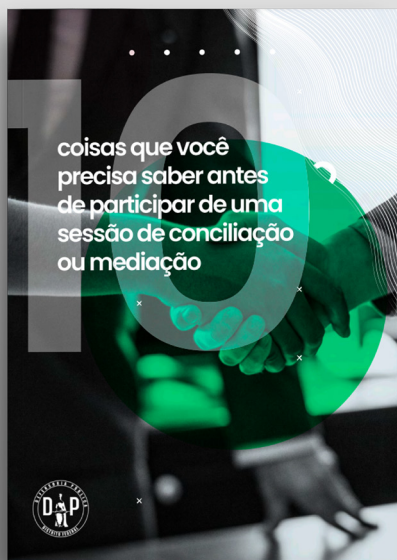


QR CODE

**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



16.



As sessões de mediação e conciliação permitem que os envolvidos cheguem à resolução dos conflitos de forma pacífica e por meio do diálogo. Na cartilha, você terá acesso a dez questionamentos frequentes a respeito do tema. Informe-se antes de participar de uma sessão:



DEZ COISAS QUE VOCÊ PRECISA SABER ANTES DE PARTICIPAR DE UMA SESSÃO DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

1. O que é uma sessão de conciliação ou mediação?
2. Os conciliadores/mediadores funcionam como juízes da causa?
3. Quais as vantagens de um acordo na sessão de conciliação/mediação?
4. A sessão pode ser feita por videoconferência?
5. Como as partes devem se preparar para a sessão de conciliação/mediação por videoconferência?
6. Como devem agir os conciliadores mediadores durante a sessão?
7. Como devem agir as partes durante a sessão?
8. É obrigatória a presença de advogado ou Defensor Público na sessão?
9. E se surgir uma dúvida jurídica importante durante a sessão?
10. O que acontecerá se houver acordo?

QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:





O objetivo da cartilha é facilitar o acesso a conhecimentos dos direitos inerentes às questões familiares, além de apresentar a relação da Defensoria Pública com o Direito de Família. Assim, você pode se informar sobre o tema e procurar assistência jurídica gratuita de qualidade com base nas suas necessidades. Confira:



VAMOS FALAR DE FAMÍLIA?

CURIOSIDADES DO DIREITO DE FAMÍLIA NA VISÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA

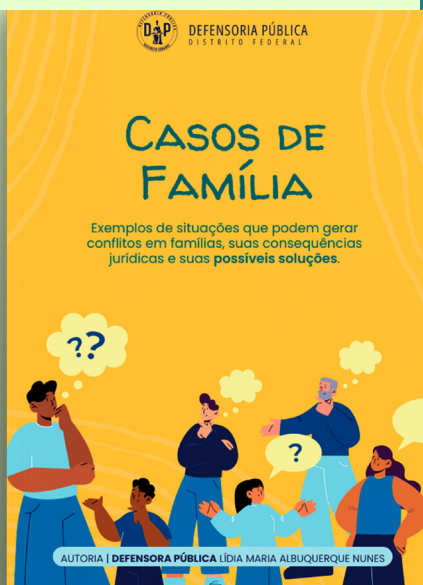
1. Defensoria Pública e Direito de Família
2. Filiação
3. Alimentos
4. Vínculo conjugal
5. Guarda e visitas
6. Interdição



QR CODE

**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



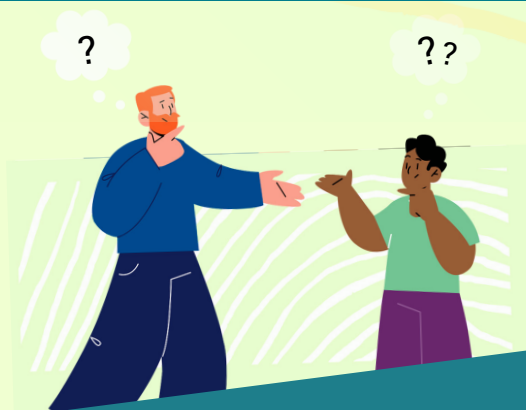


A cartilha traz exemplos de situações que podem gerar conflitos familiares, suas consequências jurídicas e possíveis soluções. Nela, você encontra as respostas para as perguntas mais frequentes que chegam à Defensoria Pública do Distrito Federal sobre o assunto. Confira:



CASOS DE FAMÍLIA

1. Investigação de paternidade/maternidade (filiação natural) e paternidade socioafetiva
2. Alimentos/Revisão de alimentos
Exoneração de alimentos
3. Execução de alimentos
4. Guarda e visitas (regime de convivência)
5. Reconhecimento e dissolução de união estável e divórcio
6. Interdição

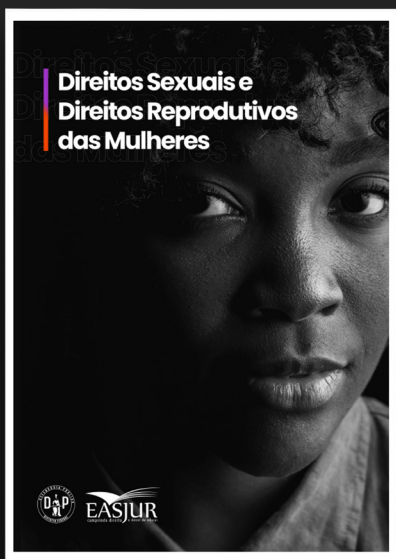


QR CODE

**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



O material garante o acesso à informação por parte das mulheres, para que elas possam exercer os seus direitos sexuais e reprodutivos de forma consciente. Nele, você pode saber mais sobre o que é considerado violência sexual, o que é a violência obstétrica e as garantias das mulheres em caso de violação de direitos. Confira:



DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS DAS MULHERES

1. Direitos sexuais e reprodutivos
2. Direitos sexuais e violência contra as mulheres
3. Os crimes mais comuns relacionados a violência sexual
4. O que fazer se for vítima de alguma violência sexual
5. Como colher as provas da violência sexual
6. Violência obstétrica



QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**

Será que estou grávida? E agora?

Confira orientações básicas do processo de gravidez na adolescência



O intuito da cartilha é fornecer orientações básicas sobre o processo de gravidez na adolescência. Nela, você pode obter informações como formas de confirmar a gestação, sintomas e o que fazer em caso de resultado positivo, entre outros.

Confira:



SERÁ QUE ESTOU GRÁVIDA? E AGORA?

1. Quais os sinais e sintomas a que eu preciso estar atenta?
2. Acho que estou grávida, como posso confirmar?
3. Confirmei que estou grávida, e agora?
4. E se essa gravidez aconteceu devido a uma violência sexual, o que devo fazer?
5. Não quero engravidar neste momento! Quem pode me ajudar?



QR CODE

**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**





O material trata da entrega voluntária em adoção, um direito garantido por lei às gestantes. Na cartilha, você encontra respostas às perguntas mais frequentes sobre o tema. Se você estiver grávida e desejar entregar o bebê para adoção, ou conhecer alguém que esteja nessa situação, confira o informativo:



ENTREGA VOLUNTÁRIA PARA ADOÇÃO

– ORIENTAÇÕES PARA GESTANTES

1. Entrega voluntária em adoção
2. Perguntas frequentes
3. Contatos

QR CODE

Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:





A cartilha traz orientações voltadas para os profissionais que lidam com situações de gravidez indesejada no dia a dia, sejam eles da área da saúde ou de outras especialidades. Lá, você também encontra a diferença entre os conceitos de gestação e maternidade. Confira:



ENTREGA VOLUNTÁRIA PARA ADOÇÃO – ORIENTAÇÕES PARA PROFISSIONAIS

1. Gestação x Maternidade
2. O que profissionais da saúde ou das demais políticas públicas precisam fazer diante de uma pessoa com uma gravidez indesejada?
3. Contatos



QR CODE

**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**





A cartilha apresenta informações sobre o exercício da paternidade responsável e amplia o entendimento sobre os impactos negativos que a falta de registro paterno pode trazer para os indivíduos.

Além disso, no material, você pode se informar sobre o projeto Paternidade Responsável da Defensoria Pública do DF. Ele possibilita a realização de exames de DNA sem custo à população interessada, com o objetivo de reduzir a quantidade de pessoas sem o nome do pai no registro de nascimento. Confira:



PATERNIDADE RESPONSÁVEL

(EXAMES DE DNA GRATUITOS)

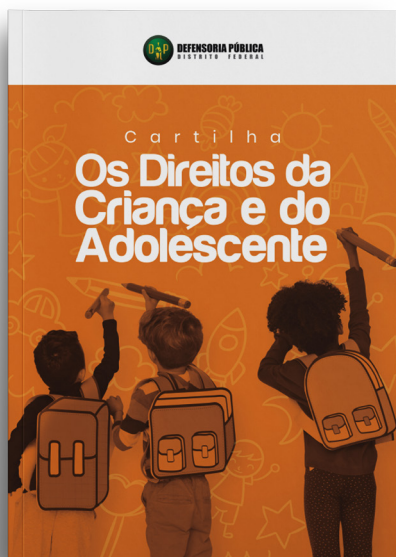
1. Por que exercer uma paternidade responsável?
2. Registro de nascimento
3. Paternidade ativa
4. Neurociências e paternidade
5. Fluxo de atendimento do projeto Paternidade Responsável



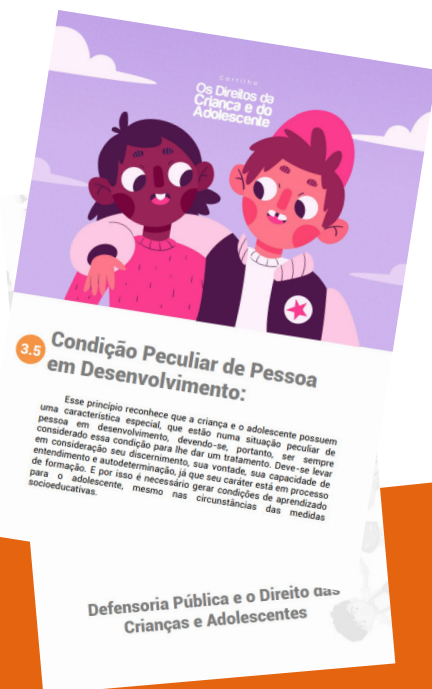
QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



O objetivo do material é destacar os direitos das crianças e dos adolescentes, a atuação da Defensoria Pública no aspecto de proteção e assistência desse público, as garantias e os princípios assegurados a eles por lei e a forma de tratamento dos adolescentes em conflito com a lei. Além disso, você encontra informações sobre convivência familiar, tutela e adoção. Confira:



OS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1. A quem se aplica o ECA? Conceito legal de criança e adolescente
2. Crianças e adolescentes são sujeitos de direito
3. Condição peculiar de pessoa em desenvolvimento
4. Direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes
5. Direito à convivência familiar
6. Diretrizes para a colocação da criança ou do adolescente em família substituta
7. Da suspensão, destituição e extinção do poder familiar
8. Das modalidades de colocação de criança e adolescente em família substituta
9. Modalidades de adoção
10. Peculiaridades do processo de adoção
11. Direito de conhecer a origem biológica
12. Das medidas protetivas
13. Fases procedimentais da apuração do ato infracional
14. Das medidas socioeducativas

QR CODE

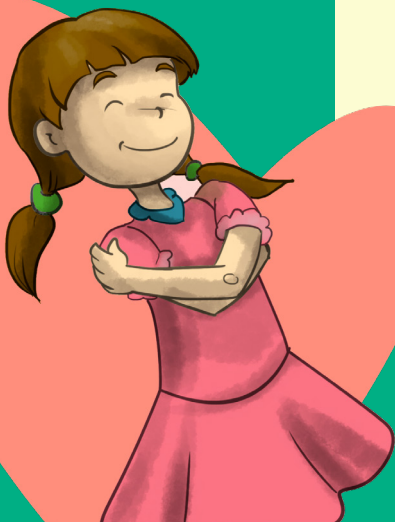
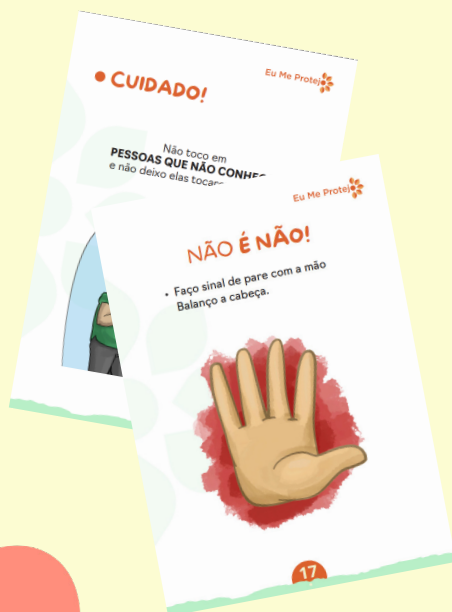


Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:

25.



O material ensina as crianças a conhecerem e protegerem seus corpos, indicando a diferença entre carinho e violência, além de como e onde buscar ajuda com alguém de confiança caso algo aconteça, entre outros. Confira:



Eu Me Protejo

1. Sobre o Eu Me Protejo
2. Como trabalhar a prevenção contra a violência com as crianças?
 - 2.1 Sinais sintomas de abuso sexual
 - 2.2. Como prevenir
 - 2.3. Cuidados na internet
3. Como promover a prevenção e o enfrentamento à violência?



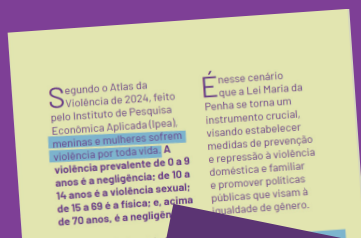
QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**

26.

A cartilha aborda temas importantes sobre a defesa da mulher e os dispositivos da Lei Maria da Penha. Lá, você encontra informações sobre a prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, os principais recursos de proteção e acolhimento disponíveis, entre outros. Confira:



Assim, a desigualdade e a violência contra a mulher não são apenas questões de comportamento individual, mas sim problemas estruturais que exigem uma abordagem sistêmica.

Por isso, o combate à violência doméstica e familiar deve ser uma responsabilidade compartilhada pela sociedade.

Violência patrimonial

Qualquer retenção indevida, subtração, destruição parcial ou total de seus pertences, instrumentos de trabalho ou documentos pessoais.

Ex.: Controlar dinheiro, deixar dívidas em nome da mulher, destruir os instrumentos de trabalho, proibir de exercer seu ofício, esvaziar o patrimônio para não dividir com a mulher, destruição de documentos pessoais, entre outros atos.

APOIO À DEFESA DA MULHER



1. NUDEM
2. Desigualdade entre homens e mulheres
3. Lei Maria da Penha
4. Quem pode ser considerada vítima de violência doméstica e familiar?
5. O que é a violência doméstica e familiar contra a mulher?
6. Violência física
7. Violência psicológica
8. Violência moral
9. Violência sexual
10. Violência patrimonial
11. Quem deve denunciar?
12. Violência institucional contra a mulher
13. Medidas protetivas
14. Quais são as medidas protetivas?
15. Quais são as principais medidas a serem adotadas pela Defensoria Pública em favor da mulher em situação de violência doméstica e familiar?
16. O que é queixa-crime?
17. Quais são os instrumentos mais comuns de proteção do Distrito Federal?
18. Auxílio aluguel
19. Programa Acolher Eles e Elas
20. Casa Abrigo
21. Centro de Atendimento Integrado 18 de maio
22. Centros Especializados de Atendimento à Mulher - CEAMs
23. Casa da Mulher Brasileira
24. Espaço Acolher
25. Direito Delas

QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



A cartilha explica a importância da atuação de vários profissionais na busca por estratégias de enfrentamento à cultura do estupro. Nela, você encontra informações sobre como identificar situações de violência sexual, orientar as vítimas e encaminhá-las aos serviços especializados de apoio. Confira:



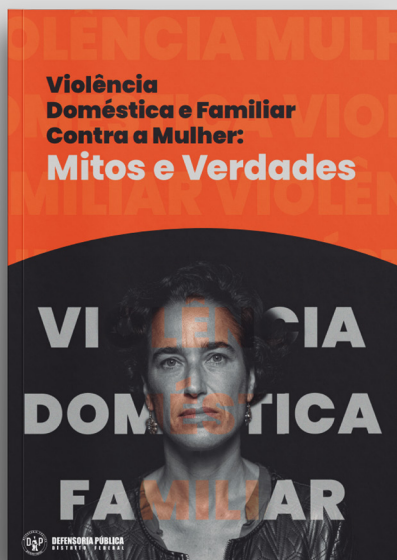
ENFRENTAMENTO À CULTURA DO ESTUPRO

1. Cultura do estupro existe?
2. Quando existe consentimento
3. Crimes contra a dignidade sexual
4. Se o estupro resultar em uma gravidez indesejada?
5. Dados estatísticos
6. Por que existe uma subnotificação dos casos de estupro? Como funciona a violência institucional?
7. Como a cultura do estupro é reforçada?
8. E quais são os impactos da violência sexual na vida das meninas e mulheres?
9. Quem pode denunciar?
10. Por que denunciar?
11. Rede de proteção

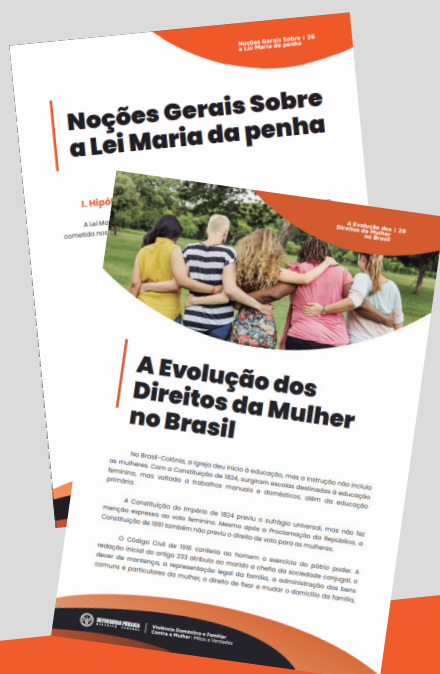
QR CODE



Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:



No material, você pode aprender sobre as principais dúvidas relacionadas à Lei Maria da Penha, em um formato que diferencia o que é mito e o que é verdade no âmbito da aplicação da norma. As premissas foram extraídas da vivência defensorial. Confira:



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: MITOS E VERDADES

1. Mitos e verdades sobre a Lei Maria da Penha
2. Noções gerais sobre a Lei Maria da Penha
3. A evolução dos direitos da mulher no Brasil
4. Considerações finais
5. Onde procurar ajuda?

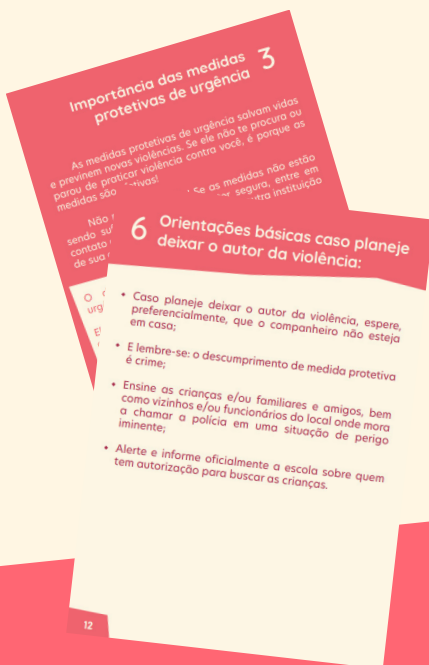
QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



O material traz informações importantes para o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, como os tipos de violência, a importância das medidas protetivas de urgência, o ciclo e a espiral da violência, entre outros. Confira:



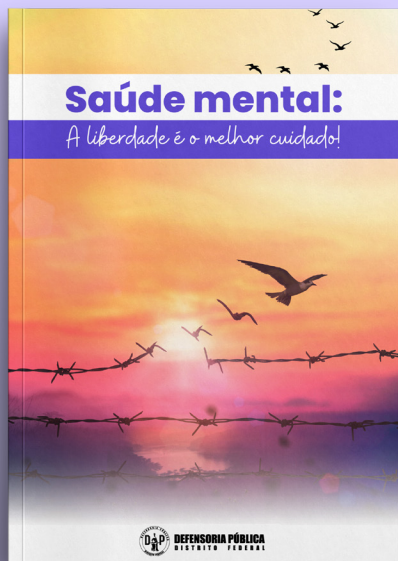
VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHA: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1. Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres
2. Tipos de violência doméstica e familiar
3. Importância das medidas protetivas de urgência
4. Ciclo e espiral da violência
5. Orientações
6. Orientações básicas caso planeje deixar o autor da violência
7. Rede de apoio
8. Documentos importantes

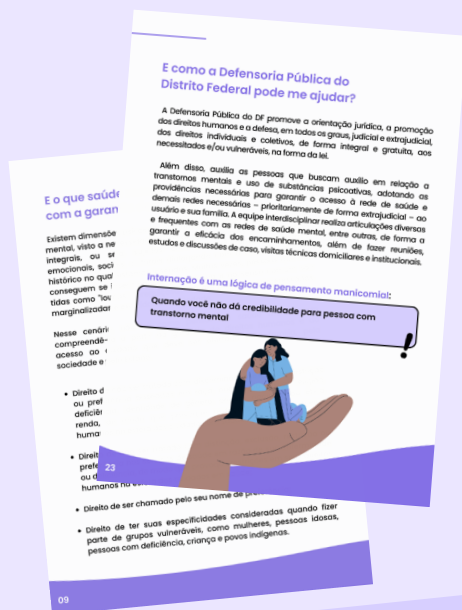
QR CODE

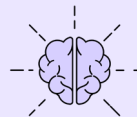


**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



O objetivo da cartilha é alcançar a população, os familiares e os servidores públicos que atuam no campo da saúde mental, reforçando que as pessoas com transtornos mentais e as que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas possuem direitos humanos fundamentais. Confira:





SAÚDE MENTAL: A LIBERDADE É O MELHOR CUIDADO!

1. O que é transtorno mental?
2. E o que saúde mental tem a ver com a garantia de direitos?
3. E quando parece que nada vai bem?
4. Liberdade é o melhor cuidado
5. Quais são os tipos de internação?
6. Redução de danos
7. E qual o papel da família e da comunidade?
8. E quais são as outras alternativas?
9. Internar ou não internar?
10. E como a Defensoria Pública do Distrito Federal pode me ajudar?
11. Onde encontrar os CAPS?
12. Você sabia?



QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



O material busca ajudar as pessoas trans com informações sobre a retificação de nome e gênero, sem a necessidade de passar por cirurgias de redesignação sexual ou de laudos médicos. Você também encontra um passo a passo de como proceder à alteração do registro civil e uma lista com os documentos necessários. Confira:



RETIFICAÇÃO DE NOME E GÊNERO DE PESSOAS TRANS

1. Introdução
2. Mas qual a diferença entre nome social e nome civil?
3. Quero retificar meu prenome e gênero no Distrito Federal. Como eu faço?
4. Sou do Distrito Federal e retifiquei meu prenome e gênero. E agora?
5. Sou uma pessoa não-binária, posso retificar meu prenome e gênero? Como?
6. E se não respeitarem meu nome e gênero?
7. Denuncie e procure apoio



QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



O material é um guia rápido e prático de orientações após a retificação de nome e gênero. O objetivo é trazer informações didáticas sobre o passo a passo para atualizar os demais documentos oficiais. Confira:



SOU TRANS E RETIFIQUEI MEU NOME E GÊNERO, E AGORA?

1. RETIFIQUEI. E AGORA?
2. Certidão de Casamento (se for o caso)
3. Título de eleitor
4. Cadastro de Pessoa Física (CPF)
5. Carteira de Identidade Nacional (CIN)
6. Carteira Nacional de Habilitação (CNH)
7. Carteira de Trabalho e Previdência Social e INSS; PIS; PASEP
8. Alistamento Militar
9. Histórico Escolar e Certificado de Conclusão do Ensino Médio
10. Cartão do SUS
11. Endereço e Contatos do Núcleo de Direitos Humanos
12. ATENDIMENTOS REMOTOS:

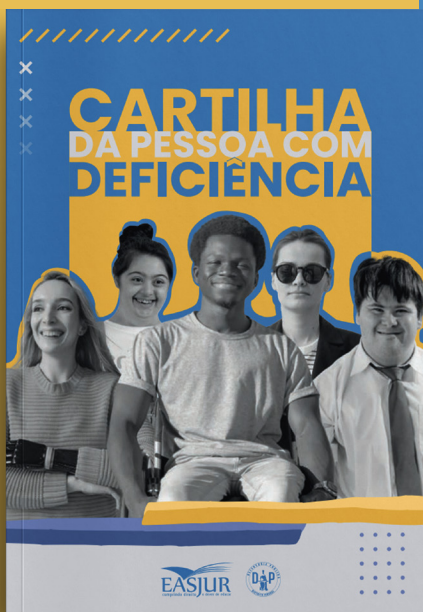


QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:

Instrumento de educação e de defesa para as pessoas com deficiência, a cartilha apresenta informações relacionadas ao conceito de deficiência e aos direitos fundamentais desse público, além de formas de buscar ajuda, entre outros. Confira:



PESSOA COM DEFICIÊNCIA

1. Os direitos fundamentais das pessoas com deficiência
2. Acessibilidade
3. Prioridade no atendimento
4. Crimes contra a pessoa com deficiência previstos no estatuto
5. Tomada de decisão apoiada



QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



A cartilha busca trazer conteúdo informativo sobre os principais direitos das pessoas autistas, bem como sobre a atuação da Defensoria Pública do DF na garantia dessas prerrogativas. Confira:



AUTISMO, DIREITOS E DEFENSORIA PÚBLICA

1. Apresentação
2. Núcleo de Direitos Humanos
3. O que é autismo?
4. Quais são os principais direitos das pessoas com TEA?
5. Direito à Educação Inclusiva
6. Educação Inclusiva e Defensoria
7. Direito à Saúde
8. Saúde da Pessoa Autista no Sistema Público
9. Direito das pessoas com TEA e Planos de Saúde
10. Planos de Saúde e Defensoria Pública
11. Direito ao Transporte
12. Defensoria Pública e o direito ao transporte de pessoas autistas
13. Direito à Assistência Social
14. Direito à Cultura e Lazer
15. Direitos Tributários
16. Telefones e endereços úteis

QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:



O material detalha os direitos fundamentais que garantem a plena inclusão, a integração e a participação da pessoa idosa na sociedade. Nele, você também encontra informações sobre as medidas de proteção, a política de atendimento, os crimes previstos no Estatuto da Pessoa Idosa, entre outros. Confira:



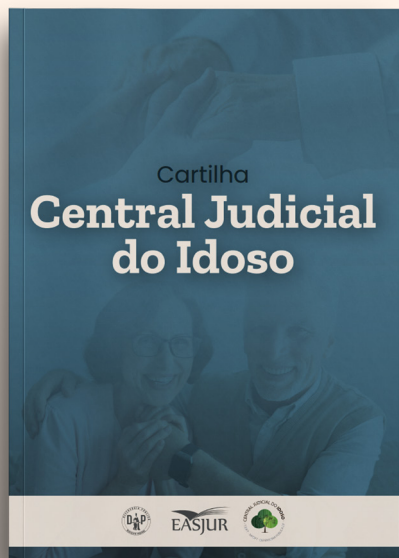
CARTILHA DA PESSOA IDOSA

1. Direitos fundamentais
2. Medidas de proteção
3. Política de atendimento ao idoso
4. Prioridade na tramitação de processos
5. Crimes previstos no estatuto
6. Tipos de golpes
7. Defensoria Pública e direitos das pessoas idosas
8. Legislação sobre pessoas idosas

QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



A Central Judicial do Idoso (CJI) é uma parceria entre a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) que oferece atendimento interdisciplinar a pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Na cartilha, você conhecerá mais sobre a atuação da CJI e os direitos garantidos à população idosa. Confira:



2. Quem pode ser atendido pela Central Judicial do Idoso?

Pessoas idosas com 60 (sessenta) anos ou mais, domiciliadas no DF, que estejam em situação de risco e/ou vulnerabilidade, cujos direitos estejam sendo ameaçados ou violados, e que precisem de atendimento e orientação sociojurídica.

Familiares, cuidadores, e representantes da rede de proteção, também podem procurar o atendimento da CJI, desde que seja para tratar de questões relacionadas à violação dos direitos das pessoas idosas.

3. Quais as demandas podem ser atendidas pela Central Judicial do Idoso?

Todas as demandas que tenham como objetivo a proteção dos direitos das pessoas idosas que estejam em situação de risco e/ou vulnerabilidade social.



CENTRAL JUDICIAL DO IDOSO

1. Você conhece a Central Judicial do Idoso?
2. Como funciona o atendimento realizado pela Central Judicial do Idoso?
3. Articulação com a rede de proteção
4. Prioridade no atendimento
5. Educação em direitos
6. Como entrar em contato com a CJI



QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



Com o intuito de promover dignidade e estabilidade, a cartilha foi pensada em formato de perguntas e respostas, reunindo as principais dúvidas de quem busca conquistar ou manter um lar seguro e regular. Entre os temas abordados, estão explicações sobre o direito à moradia e à cidade; diferenças entre posse, propriedade e moradia; usucapião, entre outros. Confira:



MORAR É UM DIREITO

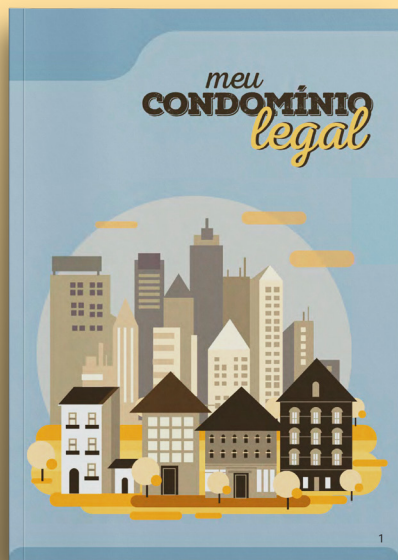


1. A moradia como direito
2. Direito à cidade: o que é?
3. Aprendendo mais conceitos: moradia, posse e propriedade. Qual a diferença?
4. O que é usucapião? Como saber se tenho direito?
5. Quero morar de forma regular no Distrito Federal. O que preciso saber?
6. Moro há muitos anos em uma área que não é regularizada. O que é regularização fundiária?
7. Quais são os programas habitacionais a que moradores do Distrito Federal podem aderir?
8. Moro em uma área irregular e passei por uma "derrubada". Quais são os meus direitos?
9. Se um oficial de justiça chegou com uma ordem judicial para desocupar a casa, o que deve ser feito?
10. Como a Defensoria Pública do Distrito Federal atua na promoção do direito à moradia?
11. E como agir quando muitas famílias e/ ou comunidades vulneráveis forem alvo de uma operação de demolição, remoção ou decisão judicial para reintegração de posse? A quem recorrer?

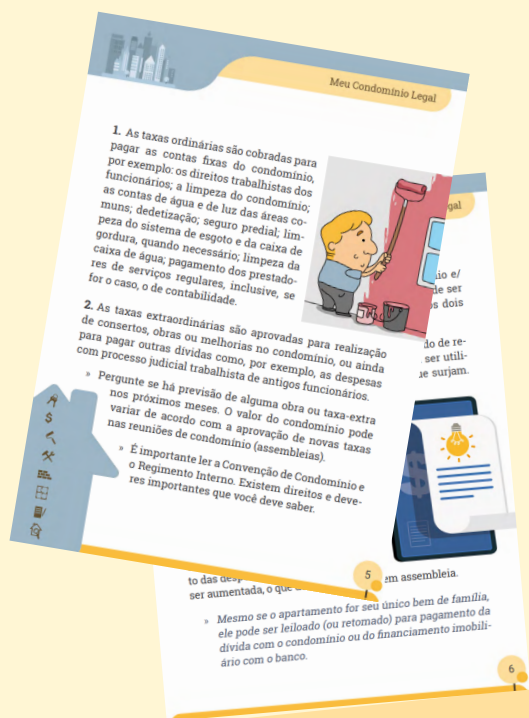
QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**

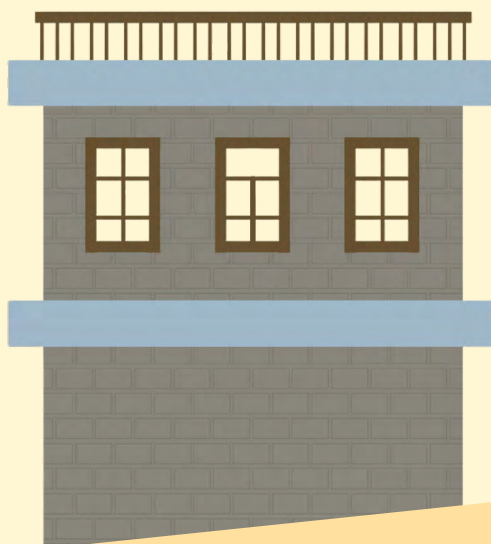


O objetivo do material é informar os beneficiários dos programas habitacionais do Distrito Federal sobre como viver em condomínio. Nele, você encontra orientações a respeito dos direitos e dos deveres do condômino e do síndico, entre outros. Confira:



MEU CONDOMÍNIO LEGAL

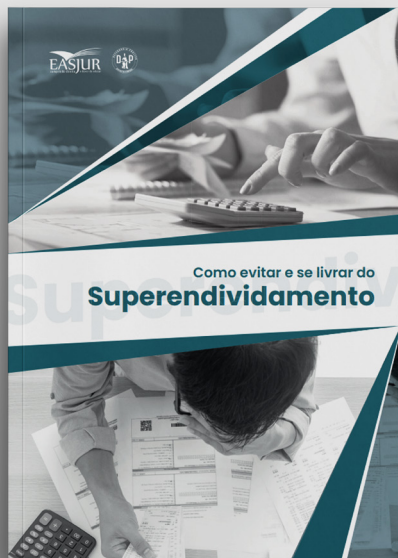
1. Direitos e deveres do condômino
2. Não consegui pagar a taxa do condomínio, e agora?
3. Vivendo em condomínio
4. Estou com problemas, o que posso fazer?
5. Canal conciliar



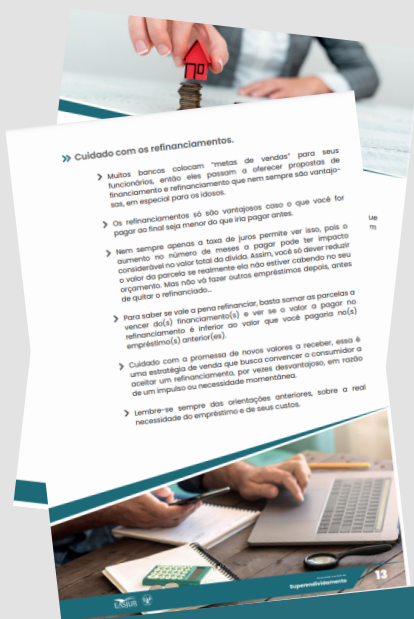
QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



A cartilha traz informações básicas sobre a educação financeira, com o objetivo de evitar o superendividamento. Além disso, você encontra conteúdos como os motivos que levam a essa situação e o que fazer quando ela ocorre. Confira:



COMO EVITAR E SE LIVRAR DO SUPERENDIVIDAMENTO

1. O que é superendividamento?
2. Como alguém se torna superendividado?
3. Como evitar o superendividamento?
4. Acho que estou superendividado, e agora?



QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:





Dividida em três capítulos, a cartilha aborda, de forma simples e direta, informações para a prevenção de golpes digitais, bancários e envolvendo planos de saúde. Se você deseja saber mais sobre as armadilhas mais comuns nas relações de consumo, acesse:



GOLPES NAS RELAÇÕES DE CONSUMO

1. Golpes digitais
2. Golpes bancários
3. Golpes nos planos de saúde



QR CODE

**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**





O material visa orientar a população quanto aos golpes mais comuns e ensinar como agir quando planos de saúde ou instituições financeiras desrespeitam seus direitos. A publicação destaca práticas como descontos indevidos da aposentadoria, os golpes do falso motoboy e do falso Defensor Público, negativas de plano de saúde, entre outros. Para saber mais, confira:



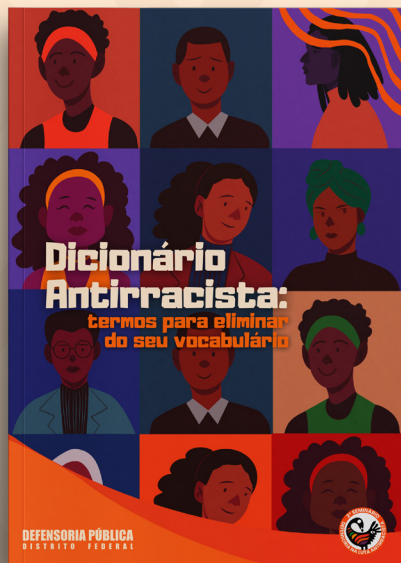
GOLPES, BANCOS E PLANOS DE SAÚDE

1. Sinopse
2. Problemas com Bancos
 - i. Caso 1: Estão descontando valores indevidos da minha aposentadoria.
 - ii. Caso 2: Recebi uma ligação para cancelar um empréstimo e caí em um golpe.
 - iii. Caso 3: Recebi uma proposta de portabilidade de empréstimo e caí em um golpe.
 - iv. Caso 4: Entreguei o cartão para o motoboy do banco e caí em um golpe.
 - v. Caso 5: Meu nome está no SPC ou no SERASA por uma dívida que não fiz ou já paguei.
 - vi. Caso 6: Foi vítima de um golpe via PIX?
 - vii. Veja como agir rápido e usar o MED para tentar recuperar seu dinheiro!
3. Problemas com Planos de Saúde
 - i. Caso 1: Meu filho precisou ir para a UTI, mas o plano de saúde negou a internação.
 - ii. Caso 2: O plano de saúde negou o medicamento receitado pelo médico.
 - iii. Caso 3: Sou idoso e meu plano de saúde teve um aumento abusivo.
4. Golpe do falso Defensor Público
5. Encerramento

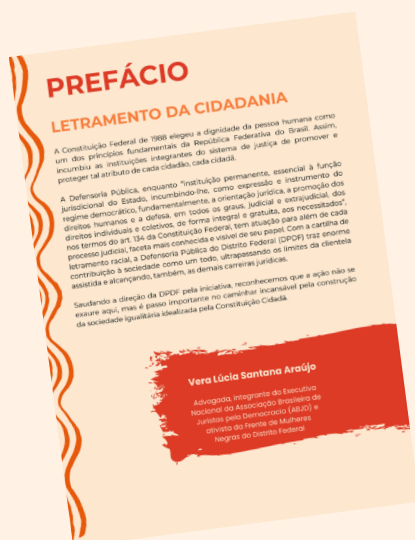
QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



O propósito do dicionário é promover uma consciência crítica em relação aos termos racistas utilizados no dia a dia. Nele, você receberá orientações sobre como evitá-los e substituí-los por expressões não preconceituosas. Confira:



DICIONÁRIO ANTIRRACISTA: TERMOS PARA ELIMINAR DO SEU VOCABULÁRIO

1. Apresentação
2. Expressões racistas
3. Não utilize



QR CODE



Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:

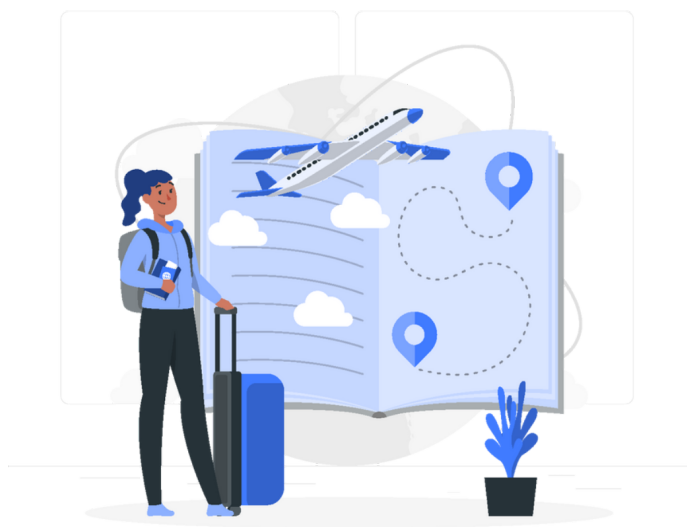


O direito de liberdade é fundamental para a garantia de outros previstos na Constituição Federal. Na cartilha, você aprenderá mais sobre o que significa ser livre, os vários tipos de liberdade e os tipos de prisão, entre outros tópicos. Confira:



DIREITO DE LIBERDADE DE IR E VIR

1. Os vários direitos de liberdade
2. Restrição da liberdade por meio de prisão
3. Outras formas de limitação da liberdade
4. O direito de punir do Estado e o direito de liberdade do indivíduo



QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**

DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO CÁRCERE

Cartilha de orientações sobre a custódia de pessoas LGBTQIAPN+ no sistema prisional

DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL

O guia tem o objetivo de expor os direitos da população LGBT em situação de cárcere e explicar como a DPDPF pode atuar para que eles sejam garantidos. Além disso, ressalta recomendações que podem ser adotadas em caso de encarceramento de pessoas LGBTQIAPN+. Confira:

ordem do sistema prisional. Por exemplo, uma mulher trans que é impedida de prosseguir em seus tratamentos de saúde, bem como de continuar utilizando cabelos ou maquiagem, terá a sua identidade ameaçada e poderá apresentar comportamentos mais resistentes e menos colaborativos, o que pode ter reflexos em toda a dinâmica prisional.

ore que qualquer pessoa privada de algum tipo de violência, deve atendimento médico, psicológico e assistência social. É preciso também receber uma opção de tratamento adequado para os abusos, principalmente sexuais, nos termos da Resolução CNJ nº 176/2018, que dispõe sobre a proteção de Dados Pessoais - LGPD).

■ Isolamento como proteção ?

Isolamento como proteção: A parace sedutora a ideia de que a pessoa LGBTI ameaçada ou vitimada por violência seja colocada em isolamento como forma de proteção. Todavia, essa medida possui natureza excepcional, uma vez que as medidas de proteção contra a violência não podem implicar maior restrição de direitos do que aqueles aplicados à população prisional em geral (Princípio 9, “d”, dos Princípios de Yogyakarta). Além disso, o isolamento como medida “protetiva” não pode implicar em negativa de direitos, ou seja, não pode impedir o trabalho, o estudo ou as visitas, por exemplo.

DIGNIDADE NÃO SE PRENDE: DIREITOS DA POPULAÇÃO LGBTQIAPN+ NO CÁRCERE

1. Conceitos básicos
2. Introdução
3. Recomendações e acolhimento
 - i. Autodeclaração
 - ii. Nome Social e Documentação Civil
 - iii. Definição do local de privação de liberdade
 - iv. Proteção em casos de violência ou grave ameaça
 - v. Máxima excepcionalidade da prisão em caso de gestação e maternidade/paternidade
 - vi. Garantias de direitos para pessoas LGBTI+ privadas de liberdade
 - vii. Fraude na autodeclaração
4. Livre expressão de gênero e sexualidade
5. Revista pessoal
6. Direito à saúde
7. Direito ao trabalho e à educação
8. Direito às visitas
9. Assistência religiosa
10. Assistência social

QR CODE



Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:

Das Instituições Atuais no Sistema de Execução Penal do DF

A Lei da Execução Penal (LPP – Lei 7.208/64) enumera como órgãos da execução penal o Conselho Nacional do Poder Judiciário, os Tribunais e Juízos dos Estados e do Distrito Federal, o Conselho Interinstitucional, o Juízo da Execução, o Ministério Público, o Conselho Penitenciário, os Departamentos Penitenciatários, o Internato, o Conselho da Comunidade e o Defensoria Pública.

Anexo aos demais órgãos de execução, há outras instituições que exercem papel de destaque na execução das penas no âmbito do Distrito Federal, como o Ordem dos Advogados da Brasília (OAB), a Pastoral Carcerária do Igreja Católica, as Igrejas Evangélicas, os Conselhos de Direitos Humanos, das Crianças e Adolescentes e da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Inúmeras associações de proteção dos direitos humanos também desempenham função relevante no sistema de execução, assim como os Núcleos de Prática Jurídica (NPJ) das Faculdades de Direito.

A Das Varas de Execuções no DF

No Distrito Federal, há três Varas de Execuções, quais sejam: Vara de Execuções Penais (VEP), Vara de Execuções das Pessoas em Regime Aberto (VERPA), e Vara de Execuções das Penas e Medidas Alternativas (VEPMA).

Credenciado para a liberdade

liberdade

19

CAMINHOS PARA A LIBERDADE – EXECUÇÃO PENAL

1. Dos direitos e garantias fundamentais aplicáveis às pessoas em cumprimento de pena
2. Das instituições atuantes no sistema de execução penal do DF
3. A Defensoria Pública na execução penal
4. Cumprimento de pena em regime fechado ou semiaberto e das medidas de segurança
5. Do cumprimento de pena em regime aberto, do livramento condicional e da suspensão condicional da pena
6. Do cumprimento de penas alternativas (restritivas de direitos)
7. Da progressão de regime
8. Da regressão de regime

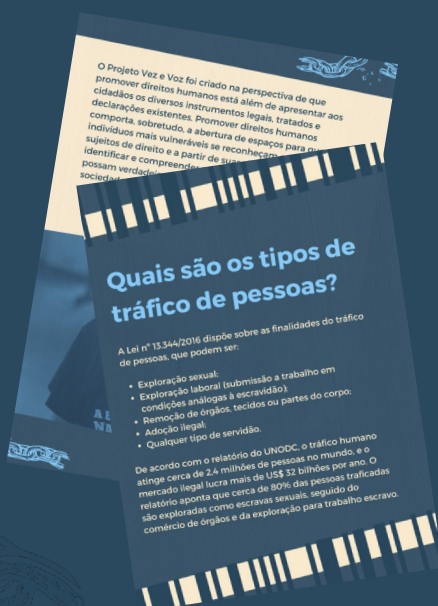
QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



O tráfico de pessoas atinge milhares de indivíduos a cada ano. Por isso, é importante saber as formas de prevenir e combater o crime, assim como meios de promover o acolhimento e a proteção das vítimas. Na cartilha, você tem acesso a todas essas informações. Confira:



PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS

1. O que é tráfico de pessoas?
2. Legislação contra o tráfico de pessoas no Brasil
3. De que forma pode ocorrer o tráfico de pessoas?
4. Quais são os tipos de tráfico de pessoas?
5. E quando há consentimento?
6. Como identificar uma vítima do tráfico de pessoas?
7. Como prevenir para não se tornar vítima do tráfico de pessoas?
8. Planos nacionais de prevenção e enfrentamento do tráfico de pessoas
9. Como é realizado o enfrentamento no Brasil?
10. Como as escolas podem ajudar a enfrentar o tráfico de pessoas?
11. E qual é o papel da comunidade?
12. Qual a rede especializada que presta apoio às vítimas do tráfico de pessoas?
13. O que é escuta qualificada?
14. Defensoria Pública
15. O que é o Projeto Vez e Voz
16. Canais de denúncia

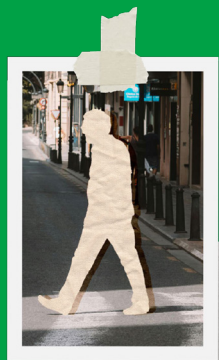
QR CODE



**Aponte a câmera para o QR
Code e tenha acesso à cartilha:**



No material, você encontra informações sobre como prevenir e agir diante de situações de vulnerabilidade que podem levar ao desaparecimento de pessoas. A cartilha apresenta medidas práticas e acessíveis para proteger essa população. Confira:





DESAPARECIMENTO DE PESSOAS

1. Apresentação
2. O que é desaparecimento?
3. E se a pessoa desaparecida for criança ou adolescente?
4. Meios de prevenção para desaparecimentos
5. O que fazer quando alguém desaparece?
6. Medidas imediatas em caso de desaparecimento de crianças e adolescentes
7. Busca ativa
8. Quais são os direitos dos familiares?
9. A pessoa desaparecida deixou patrimônio: o que fazer?
10. A importância do atendimento psicossocial para familiares de pessoas desaparecidas
11. Localização!
12. Quem buscar?
13. Referências



QR CODE

Aponte a câmera para o QR Code e tenha acesso à cartilha:





defensoria.df.gov.br
escola.defensoria.df.gov.br



@defensoriadf
@easjur

DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL

ROTEIROS DE CONHECIMENTO

Cumprindo direito o dever
de educar e transformar



DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL